

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 939.080 - PR
(2015/0308438-8)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ALBERTO CARLOS MORIS
AGRAVANTE : ANTONIO FERNANDES DA COSTA NETO
AGRAVANTE : ELOIDE CAPITANIO MOUSQUER
AGRAVANTE : ERNESTA COGO
AGRAVANTE : IDILIO ROQUE PASSARIN
AGRAVANTE : IVANILDA LIMA DOS SANTOS
AGRAVANTE : JOSE RENATO RODRIGUES DE CARVALHO
AGRAVANTE : LUIZ CAETANO VICENTINI
AGRAVANTE : MANOEL PESSOA DE LIRA
AGRAVANTE : MAURILIO SOARES GOMES
AGRAVANTE : PAULO WALTER KOHL
AGRAVANTE : WILSON KIEL
AGRAVANTE : ZENIR DE SA CESTARO SALA
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO DE MACEDO RAMOS E OUTRO(S) -
PR024537
EDUARDO RAMOS CARON TESSEROLLI - PR042925
AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : CLEIDE ROSECLER KAZMIERSKI E OUTRO(S) -
PR019557
AGRAVADO : PARANAPREVIDÊNCIA ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO : RODRIGO MARCO LOPES DE SEHLI E OUTRO(S) -
PR024574

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PARANAPREVIDÊNCIA. INSCRIÇÃO DE SERVIDORES. LEI ESTADUAL 14.832/2005. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. SÚMULA 280/STF. AGRADO INTERNO PROVIDO PARA, NO ENTANTO, NEGAR PROVIMENTO AO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL DOS PARTICULARES.

1. Trata-se de Agrado Interno interposto por ALBERTO CARLOS MORIS e OUTROS contra decisão da Presidência do STJ que não conheceu do Agrado em Recurso Especial em razão da deserção.

2. Em suas razões recursais, os agravantes defendem que o caso de agendamento do pagamento do preparo do recurso deve ser identificado como insuficiência da prova do recolhimento do referido valor do preparo, considerando que os valores pagos a título de porte de remessa e retorno foram

recolhidos devida e adequadamente. E a situação do agendamento do pagamento do valor do preparo, por meio do uso da plataforma internet banking, enquadra-se na previsão do art. 1007, § 2o. do CPC (fls. 723).

3. Requer a reconsideração da decisão ora agravada ou, caso assim não aconteça, que o recurso seja levado à Turma competente.

4. É o relatório.

5. Diante das alegações de fls. 721/724, reconsidero as decisões de fls. 697/698 e 715/716 e passo à reanálise do Agravo em Recurso Especial.

6. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por ALBERTO CARLOS MORIS e OUTROS, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, que objetiva a reforma do acórdão do TJPR, assim ementado:

APELAÇÃO CIVEL AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA, OBRIGAÇÃO DE FAZER E REQUERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA. PRETENSÃO DE INSCRIÇÃO DOS AUTORES NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ, LEI ESTADUAL 14.832/2005 QUE ALTEROU O REGIME DA EMATER. PRETENSÃO RELATIVA À REVISÃO DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. LAPSO TEMPORAL DE CINCO ANOS. ART. 18, DECRETO 20.910/1932. PRECEDENTES. DEMANDA AJUIZADA DEPOIS DE TRANSCORRIDOS MAIS DE 05 ANOS DA ENTRADA EM VIGOR DA REFERIDA LEI QUE CONVERTEU A EMATER EM AUTARQUIA. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO RECONHECIDA. MANUTENÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PLEITO DE REDUÇÃO. ART. 20, § 30 E 5 48. DO CPC. GRAU DE COMPLEXIDADE E ZELO. DEMANDA AJUIZADA POR VÁRIOS AUTORES. MANUTENÇÃO DO VALOR. RECURSO DESPROVIDO (fls. 510).

7. Em seu Apelo Especial, sustenta a parte recorrente que, diante de ausência de negativa pela Administração, não restou consumado o prazo prescricional para o reconhecimento do vínculo funcional.

8. É o relatório.

9. Sobre o tema controvertido nos autos, extrai-se do acórdão recorrido o seguinte:

Como se percebe, os apelantes requereram inicialmente pela Inscrição dos autores como segurados do Parana Previdência tendo em vista a alteração ocorrida na lei 14.832 de 22 de setembro de 2005, que conferiu a referida entidade a natureza de autarquia.

Logo, clara a pretensão dos autores que objetivam a revisão de seu vínculo celetista, visando o reenquadramento ao regime estatutário, haja vista a transformação da referida entidade em autarquia, integrante da administração pública indireta do Estado (fls. 514).

10. A inversão dessas conclusões não dispensa a análise da legislação local, vedada a esta Corte na via especial, a teor da Súmula 280/STF. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PARANAPREVIDÊNCIA. INSCRIÇÃO DE SERVIDORES. LEI 14.832/2005. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. SÚMULA 280/STF.

1. *O exame da controvérsia acerca da prescrição do direito dos autores à inscrição no sistema previdenciário do Estado do Paraná, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local (Lei Estadual 14.832/05), pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.").*

2. *Pelo mesmo motivo, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1o. e 2o. do RISTJ.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 936.959/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 3.2.2017).*

11. Ante o exposto, dá-se provimento ao Agravo Interno, para, no entanto, negar provimento ao Agravo em Recurso Especial dos Particulares.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 1º de abril de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

